



SÁNCHEZ REI, Xosé Manuel (2021): *O portugués esquecido. O galego e os dialectos portugueses setentrionais*. Santiago de Compostela: Laiovento, 617 pp.

Neste rigoroso e monumental traballo de pesquisa científica, Xosé Manuel Sánchez Rei tenciona, como objetivo declarado, fazer um levantamento (tanto quanto possível) exaustivo de todos aqueles traços idiomáticos que, estando presentes na Galiza, não caracterizam o padrão lusitano, mas surgem/surgiam na linguagem popular portuguesa, sobretudo a das regiões mais setentrionais. Não se esgota, contudo, nesse alvo central o interesse da publicação em questão, dado que se expande, em diversos modos, para uma perspectiva mais abrangente, vindo a constituir a mais completa descrição da dialetologia histórica galego-portuguesa. Além do contributo fundamental de Leite de Vasconcelos, através das múltiplas obras devidas a este ilustre polígrafo (*Opúsculos, Esquisse d'une dialectologie portugaise, Cancioneiro Popular Português*, etc.) e a outros estudiosos do séc. XX (Gonçalo Sampaio, Luís Esteves de Aguiar, Manuel da Costa Fontes, Guilherme Felgueiras, etc.), o autor maneja todas aquelas obras anteriores, de temática exclusivamente linguística ou não, contendo informação de interesse para os tópicos contemplados no estudo. De facto, podemos qualificar de excepcional o volume de fontes bibliográficas em que se baseia, dado que constitui, por si só, outra notável mais-valia para este livro.

Na secção introdutória à primeira parte da publicação (“Factores histórico-culturais e densidade de comunicación”, pp. 25-64), considera-se a manutenção de intercâmbios sociais e doutra natureza entre o norte de Portugal e a Galiza, com um desenvolvimento de notável novidade para o período contemporâneo. Tal situação explicaria, como se faz notar nas conclusões, o facto de as “falas populares de ambas as marxes da raia non deberen de estar tan afastadas lingüisticamente hai un século ou século e medio como acontece na nosa época” (p. 550). Na segunda parte, uma das mais interessantes do traballo, o autor recompila e

analisa os dados e informações sobre a variação dialetal relativas ao espaço galego-português, a começar por aquelas procedentes de fontes portuguesas situadas entre o séc. XV e o séc. XIX (pp. 71-209). O capítulo inclui ainda um percurso histórico pelos estudos de dialetologia galega e uma aproximação pormenorizada à figura de Leite de Vasconcelos, com especial atenção para os pontos de vista do filólogo português sobre o galego. As questões “fonéticas e fonológicas” (pp. 211-276), “morfosintáticas” (pp. 277-421) e “semântico-lexicais” (pp. 423-547) ocupam, respetivamente, as partes terceira, quarta e quinta. As (também extensas) conclusões do traballo sintetizam e sublinham os aspetos mais notáveis deste estudo.

O corpo central é, portanto, constituído pela análise atenta dos traços genericamente acima descritos, vindo a ocupar as pp. 211 a 547. O autor optou, como vimos, por os distribuir em três secções utilizando apenas critérios gramaticais. Esta decisão prática deriva ocasionalmente na amálgama de fenómenos que, pela natureza histórica e/ou representatividade, talvez devessem ter sido considerados sob epígrafes diversas. No referente aos aspetos fonéticos ou fonológicos, discrimina ainda entre o que denomina “Fenómenos tipicamente dialectais” e “Fenómenos propios da linguaxe popular”. No primeiro, entram características como a ausência de encerramento da vogal *a* seguida de consoante nasal (*cama, sangue*), a manutenção do timbre etimológico (aberto) na vogal tónica de vocábulos como *cornu, osso* ou *porco*, a sobrevivência, como tal, do ditongo /ow/ ou a falta de oposição fonológica entre *b* e *v*. No segundo grupo, encontramos um conjunto muito heterogéneo de traços, a presença de alguns dos quais, apesar de analisados corretamente por Sánchez Rei, pode gerar alguma confusão no leitor. Referimo-nos, em concreto, à documentação ocasional de plurais do tipo *funiles* e de formas como *imposible*, vinculadas à uma vogal paragógica (p.

263-265), cuja origem nada tem a ver com a dos castelhanismos correspondentes habituais na Galiza.

O capítulo dedicado à morfologia abre-se com o “Sufixo -çom e terminacões foneticamente afins”. Como se faz notar, trata-se de um dos aspetos que de modo recorrente foi comentado pelos gramáticos portugueses anteriores a Leite de Vasconcelos –segundo se pode verificar na própria alínea 2.1 do trabalho em questão–, a começar pelo próprio Fernão de Oliveira (pp. 83-84), seguido por Duarte Nunes de Leão (p. 86), João de Barros (pp. 88-89), João Franco Barreto (p. 94), Luís António Verney (p. 115), Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (p. 133), Francisco Solano Constâncio (p. 135) ou Manuel Pacheco da Silva Júnior e Lameira de Andrade (p. 149). Em parte, o interesse por esse tipo de terminacões prende-se com questões atinentes à formação do plural e, em menor medida, ao modo de grafar aquela sequência. Esta última motivação provoca, precisamente, a referência a ela por João de Barros, num trecho amiúde reproduzido em obras de autores de origem galega por conter aparentes referências ao galego: “prolaçam e orthografia galega” e “escrevendo agalegadamente”. Ora bem, neste caso, não parece adequada a interpretação que se faz segundo a qual Barros pretenderia que não se utilizasse *-om* (pp. 88-89), recurso gráfico já obsoleto na altura para os termos em questão. Na verdade, aquelas expressões dizem respeito ao uso de *-ão*, paradoxalmente a grafia que se viria a impor em Portugal, devendo ser entendidas como alusão a um modo “errado” de pronunciar e escrever, uma vez que Barros optava por *-am*. Note-se que o gramático critica que se use “sempre o final em totalas dições”, o que não faria sentido se se estivesse a referir a *-om*.

Entre as diversas questões respeitantes à morfologia nominal, o destaque vai para aquelas formas que envolvem a presença no étimo de um *-N-* intervocálico. O autor documenta, assim, resultados similares àqueles que observamos na Galiza para termos como *irmão / irmã* (pp. 284-286) ou para os plurais do tipo *razões (razôs, razons)* (p. 287). É especialmente sugestiva a continuidade transfronteiriça a respeito das variantes próprias das faixas ocidental e central galegas: “a isoglosa de *co-razon* → *corazóns / corazós* parece achar unha continuadora no limite político moderno entre a Galiza e Portugal”. Tal realidade remete para outras continuidades, nomeadamente no nível lexical, ainda não corretamente estudadas. O campo da morfologia verbal é especialmente

rico em soluções partilhadas pela Galiza e pelo norte de Portugal (e não só). Encontram-se nessa situação múltiplos fenómenos de variação, alguns dos quais exemplificamos nas seguintes formas: *andades* (‘andai’), *andim* (‘andei’), *bibe* (imperat. ‘bebe’), *correde* (‘correi’), *estavamos* (‘estávamos’), *foche* (‘foste’), *fugeu* (‘fugiu’), *matastes* (‘mataste’), *temiu* (‘temeu’), *veu* (‘viu’), etc. Relativamente ao acréscimo de uma consoante nasal como MNP para a P1 do pretérito perfeito em C3 e perfeitos fortes, nota a sua presença a partir da forma verbal (aliás analógica) *andim*, ouvida em Vilar Seco de Lomba (conc. Vinhais), e do *fuim* que ocorre no *Cancioneiro popular português* (p. 293). No entanto, podemos complementar esses testemunhos com outros também recolhidos por Leite de Vasconcelos. No segundo volume dos *Opúsculos* (1928: 323, 328), o primeiro dos dedicados à dialetologia, o polígrafo português registava *fijem/fijim, pujem, dixem, soubem, tibem* em Melgaço, o que não é surpreendente dado que este concelho confina com a Galiza. Ora bem, esta particularidade verbal parece ter sido, por um lado, especialmente frequente no território que corresponde aos atuais distritos de Coimbra e de Castelo Branco, mesmo em circunstâncias morfológicas desconhecidas na Galiza. É isso que se reflete no volume sexto dos *Opúsculos* (1985: 314, 316, 318, 320, 418, 420-421, 426, 428) e ainda na *Esquisse* (1970²: 110). Por outro lado, também o regista como característica da linguagem de Avis no artigo “Dialectos Alemtejanos”, publicado no quarto volume da *Revista Lusitana* (1896: 221), onde se nota que “o mesmo phenomeno se dá em gallego”. Não é, contudo, o único caso em que uma particularidade tida idiossincrasicamente como galega surge na metade meridional de Portugal e ainda noutros territórios da ampla lusofonia.

O capítulo dedicado à morfologia verbal conclui com uma secção intitulada “Noticia dalguns fenómenos nos verbos irregulares”. Como noutros casos, aparecem reunidos aspetos muito heterogéneos na sua origem e distribuição geográfica, o que pode ser exemplificado pela presença de *-o* como MNP da P3 de pretérito perfeito forte do indicativo e, em sentido inverso, pelo infinitivo *dezer* (‘dizer’). O primeiro dos traços, a cuja extensão na Galiza não será alheio o influxo do castelhano –o que foi várias vezes sugerido–, tem uma existência na verdade duvidosa, já que se limita a alguns pontos da geografia portuguesa próximos da fronteira com Espanha nos concelhos de Bragança, Freixo de Espada à Cinta, Melgaço, Mirandela,

Vimioso e Vinhais. Pelo contrário, a variante de “dizer” com vogal radical *-e-* está “longa e largamente documentada no norte de Portugal” (p. 311) (e ainda no resto do país), como se pode verificar na consulta do mapa correspondente do ALPI (vol. 1, nº 62). Nesse mesmo sentido, parece um tanto ou quanto desnecessário que se dedique um parágrafo ao registo ocasional dos resultados castelhanos para o pretérito imperfeito do verbo “ir” (*iba*) no extremo nordeste de Portugal, em territórios circunvizinhos do mirandês. A presença dessa variante na Galiza não lhe outorga natureza galego-portuguesa, dado que desde o séc. XIV, e sobretudo a partir do séc. XV, é possível registar qualquer tipo de forma castelhana em território galego. Pelo contrário, é estranha a falta de um comentário a alguns verbos da C3 do que chama “estándar galego” inexistentes em Portugal (v.g. *dicir, recibir, sufrir...*). A sua ausência do espaço Norte não está a gritar o seu carácter espúrio?

A análise dos pronomes e de “elementos sen flexión” encerra o capítulo dedicado aos aspetos morfológicos. O autor examina, nesta secção, a sobrevivência em território português de um importante conjunto de resultados muitos dos quais têm um grande interesse para a história da língua, como pode ser a manutenção do timbre etimológico na tónica das formas do demonstrativo *esta, essa* ou *aquela*. Parece, por vários motivos, confuso o tópico centrado em “*mentres, namentres, entrementes* (e variantes hibridizadas co espanhol como *mentras, namentras* etc.)” (p. 353). Em primeiro lugar, porque a única forma que aproxima das anteriores, *entrementes*, situando-a em Trás-os-Montes, está presente em qualquer dicionário atual da língua portuguesa; por outro lado, cumpre lembrar que a conjunção *enquanto* –também grafada *encanto* ou *en canto*– é de uso normal no conjunto da Galiza, mas não aparece referida. Paradoxalmente, a procura de paralelismos entre o “galego e os dialectos portugueses setentrionais”, focalizada apenas naqueles traços que se afastam do “padrão” lusitano, pode acabar ocasionalmente por sublinhar divergências linguísticas, de duvidosa existência, entre a Galiza e Portugal.

No capítulo centrado em aspetos sintáticos, considera traços de natureza muito diversa, cada um deles com alínea específica: “Uso de *vós* como pronome de P5” (pp. 369-371), “A ética dos dativos” (pp. 371-380), “Mesóclises e próclises” (pp. 380-392), “Construções clausulares e transitividade” (pp. 392-401), “Construções de reforzo co pronome persoal suxeito de P3” (pp. 401-404), “Estruturas con

redobro de clítico” (pp. 404-407), “Noticia do uso dalgúns tempos e perífrases verbais” (pp. 407-416), “Dialectoloxía e partículas discursivas” (pp. 416-421). Por vários motivos, consideramos de grande interesse e originalidade o estudo daquilo que denomina interpolação “pronominal, isto é, a intercalación de diferentes elementos frásicos (adverbios, pronomes, frases enteiras etc.) entre o pronome átono preverbal e o verbo” (p. 381).

As “cuestións léxico-semánticas” constituem o quinto e último capítulo da obra. Na análise exaustiva das questões, mesmo sociológicas, associadas a esse tópico, sobressai a alínea 5.2 que intitula “Unha posíbel mostra de léxico dialectal norteño” (pp. 439-508). Nela, o autor reúne, a partir dos dados recolhidos por Leite de Vasconcelos, um conjunto de vocábulos que considera próprios do norte de Portugal e da Galiza, ainda que, segundo verificamos, cerca de um terço deles também apareça compilado em dicionários da língua portuguesa atual, às vezes qualificados como regionalismos. Consideramos discutível a decisão de incluir, nesse glossário, o que nos parecem ser simples variantes: *agua/auga, almoço/almorço, arrincar/arrancar, astreber/atrever, chicolate/chocolate, coidado/cuidado, escuitar/escutar, fruíta/fruta, gomitar/vomitar, jerro/jarro, jiolho/joelho, orfo/órfão, pessego/prexego/pêssego, quecer/aquecer, rill/rim*, etc. Pelo contrário, em “Algúns comentarios” (pp. 490-508) a essa coletânea, nota com grande acerto em relação ao termo *eido* o “processo de ampliación semántica baseado nunha vontade diferencialista” pelo qual, nesse caso, passa a ser usado com o valor de ‘âmbito’ no galego literário, “non sen se violentar algo o seu significado” (p. 501). A presença de castelhanismos no português e, em particular, no norte de Portugal constitui a penúltima secção da obra em apreço. Nela, além da identificação dos termos concretos, também se abordam os motivos históricos que favoreceram essa penetração. Apesar de reconhecer a brutal erosão que o castelhano provoca no léxico da Galiza, sem paralelo em Portugal, o autor coleciona um diminuto grupo de (seis) termos que teriam conservado a norte do Minho a forma galego-portuguesa, substituída em Portugal pela castelhana correspondente. Apenas podemos reter *pena* (‘rocha’), *repolo* (‘repolho’) e *treito* (‘trecho’), visto que as três restantes respondem à recuperação literária (artificial), total (*castelán, cabaieiro*) ou parcial (*fronte*). Um breve segmento final contempla a eventual conservação do que denomina “léxico arcaico”. O capítulo, no seu

conjunto, poderá beneficiar da inclusão, numa nova edição, de referências ao *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa e do *Dicionário da Língua Portuguesa* de Cândido de Figueiredo, não manejados no estudo em questão.

Não parece ser propósito d’*O português esquecido* alargar, de modo sistemático, a ampla pesquisa levada a cabo aos precedentes medievais das questões em análise; no entanto, surgem, de modo esporádico, notas de natureza histórica. Assim, além das alusões a estudos de linguística histórica, em diversos momentos é citado o *Tratado de Confissão* (pp. 73, 76, 220, 287, 520), impresso em Chaves em 1489, pela ocorrência de formas como *aginha*, *coidar*, *gardar*, *moito*, *coresma*, etc. Também se referem ocasionalmente alguns documentos tabeliônicos, sobretudo do séc. XV. Seja como for, para alguns dos fenómenos em questão, pelo seu interesse para a dialetologia galego-portuguesa, teria sido interessante considerar outros contributos. A simples título de exemplo, podemos citar os trabalhos de Maia sobre os resultados da terminação latina -ANA (1981) ou sobre os falares do Algarve (1975). Relativamente às obras produzidas em finais da Idade Média, poderá ser de grande utilidade o testemunho da *Crónica dos Ministros Gerais da Ordem dos Fraíres Menores* –facilmente acessível na edição de José Joaquim Nunes (1918)– transmitida num manuscrito português de 1470, mas que conserva as pegadas linguísticas do seu antígrafo galego, entre as quais se incluiu um importante número dos traços dialetais analisados por Sánchez Rei. A propósito desta obra, surgida provavelmente na sequência da integração conjunta de franciscanos galegos e portugueses na Província de Santiago –o que talvez explique ainda a existência do *Tratado de Confissão*–, cumpre lembrar que, mesmo após a independência de Portugal, os vínculos eclesiásticos entre a Galiza e Portugal continuaram até finais do séc. XIV. Assim, além do referente a essa Província franciscana, a diocese de Tui chegava ao rio Lima, por outro lado, à Arquidiocese compostelana, enquanto herdeira da Emeritense, pertenciam as dioceses de Lisboa, Santarém, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora, Setúbal e Beja. Ao invés, até aquele período, todas as dioceses galegas, salvo a de Santiago, formavam parte da Bracarense. Não nos esqueçamos, sob outra perspetiva, do protagonismo atingido pelas linhagens aristocráticas galegas na corte lusitana, com destaque para os Lima, e ainda da participação de portugueses no círculo curial

dos monarcas galaico-leoneses, Fernando II e Afonso IX, ou no de Afonso X.

Entre os aspetos genéricos que consideramos discutíveis, encontra-se certa perspetiva que se transmite sobre a construção do padrão português (e o relacionamento deste com as variedades setentrionais). Como acontece em todas as línguas com uma história “normal”, o standard do português não é, como se sugere de modo mais ou menos implícito, resultado de decisões tomadas por gramáticos –sim da dinâmica engendrada pelo poder político–; se assim fosse, muitos dos traços do português atual, que não existiam no séc. XVI, nunca se teriam imposto. A norma portuguesa de que falamos, sendo essencialmente muito conservadora, não supõe uma quebra a respeito do passado medieval, como se reflete, de modo indireto, pelo modelo de escrita, praticamente inalterado nos seus princípios gerais desde o séc. XVI. Outro dado que a obra irradia, provavelmente sem querer: que as formas legítimas são as galegas e algumas das portuguesas setentrionais inexistentes ou expulsas do padrão lisboeta, como se os “disse”, “fiz/fez”, “irmão”, “posso”, “razões”... –aliás comuns, enquanto primigénios– não fossem também galego-português legítimo.

Precisamente, o norte de Portugal, e ainda o conjunto do país vizinho, revela de modo diáfano um galego “esquecido”, mesmo a nível do código oficializado, sob o avassalador influxo do castelhano. Nesse entendimento, não parece adequado estabelecer uma equivalência entre o padrão do português (ou de qualquer outra língua normalizada) com o amiúde denominado “estandar galego”, que não é mais do que um conjunto de prescrições para a escrita cuja “repercussão” na oralidade espontânea é nula ou insignificante. O modelo de língua que resulta da aplicação desta normativa mantém uma relação intrincada com o galego(-português) medieval e, portanto, com a língua falada em Portugal (e no resto da lusofonia).

O galego e os dialectos portugueses setentrionais, segundo título da obra, passa a ser uma referência incontornável nos estudos da variação histórica e presente do galego-português nas suas vertentes galega e portuguesa e ainda, e sobretudo, naqueles virados para o multifacetado relacionamento entre estas últimas.

José António Souto Cabo
Universidade de Santiago de Compostela
joseantonio.souto.cabo@usc.es